

Tribunal de Contas não poupa Águas de Portugal

4 de Julho, 2008 - 12:40h



O relatório analisa as contas da AdP entre 2003 e 2006, tendo detectado a atribuição de 2,3 milhões em prémios quando o grupo teve prejuízos de 75,5 milhões. Na atribuição de viaturas aos administradores das sete empresas do grupo foram gastos 2,5 milhões de euros, diz o Tribunal.

As críticas do Tribunal de Contas à gestão do grupo Águas de Portugal fizeram os juízes recomendar uma "imediata reestruturação". O Tribunal é muito crítico da estratégia de internacionalização do grupo, que se traduziu num "falhanço empresarial". "O grupo AdP foi utilizado como instrumento da política externa do Governo português, tendo sido incentivada a sua expansão pelos mercados onde o Governo desenvolvia acções de cooperação. Esta decisão teve fortes impactos negativos para o grupo empresarial", diz o Tribunal.

Quanto aos prémios atribuídos, no valor de 2,3 milhões de euros, o Tribunal diz que "a política de atribuição de prémios não está assente num sistema indubitavelmente claro e transparente, nem está associado à concretização de objectivos, já que no grupo não existe avaliação de desempenho por objectivos, orientado para resultados".

No que respeita à atribuição de viaturas aos administradores, "substituídas a cada três a quatro anos, livres de seguros e custos de manutenção, e, ainda, a atribuição de um plafond para combustível", o Tribunal considera que os valores gastos são "montantes importantes não apenas pelo seu volume, mas porque foram realizadas por empresas que não revelam saúde económico-financeira que lhes permita fazer face a tais despesas". Dizem os juízes do Tribunal de Contas que este tipo de benesses "não deixa de consubstanciar um benefício económico que a generalidade dos contribuintes, verdadeiros donos das empresas de capitais públicos, não possuem".

Na análise à saúde financeira do grupo, o TC diz que três das 65 empresas que o compõem são "economicamente inviáveis". Apesar da venda das empresas que detinha no Brasil e de algumas participações em Cabo Verde, a operação de internacionalização saldou-se num prejuízo contabilístico de 72,3 milhões de euros. Apenas três das empresas do grupo - EPAL,

Douro e Paiva e Sanest - apresentaram lucros com distribuição de dividendos entre 2003 e 2006.

O Tribunal de Contas detectou também alguns pontos de captação de água que não estão legalizados, com nove empresas a proceder à captação em 72 locais sem autorização para o fazer.

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/content/tribunal-de-contas-n%C3%A3o-poupa-%C3%A1guas-de-portugal>